



## **LEI MUNICIPAL Nº 1721**

*de 06 de maio de 2026*

### **“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR TERMO DE COLABORAÇÃO/TERMO DE FOMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

*A Prefeita Municipal de Caarapó, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:*

#### **Art. 1º.**

*Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenções e auxílio-financeiro no exercício de 2026, através de Termo de Colaboração celebrado em parceria com entidades sem fins lucrativos, visando a transferência de recursos destinados à projetos voltados para:*

#### **I.**

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.212.982/0001-95, com sede na Rua Tiradentes, nº 1005, Centro, nesta cidade, com a finalidade de atender pessoas portadoras de deficiência, com assistência alimentar, médica, odontológica, vestuário, atividades pedagógicas, contratação de recursos humanos, pequenos serviços, reparos e manutenção das instalações e despesas gerais, sendo:

#### **a).**

*Recursos oriundos do FMS - Fundo Municipal de Saúde, estimado em R\$ 200.761,65 (duzentos mil, setecentos e sessenta e um reais e sessenta e cinco centavos) anual, mediante repasses parcelados;*

## **II.**

**GUARDA MIRIM DE CAARAPÓ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 36.817.096/0001-22, com sede na Rua Paraná. nº 490, Vila Planalto, nesta cidade, com a finalidade de atender crianças e/ou adolescentes, em regime de 08 horas e 04 horas, com assistência alimentar, vestuário, médica-odontológica, atividades pedagógicas, contratação de recursos humanos, pequenos serviços, reparos e manutenção das instalações e despesas em geral, sendo:

### **a).**

Recursos oriundos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, estimado em R\$ 212.374,56 (duzentos e doze mil, trezentos e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos) anual, mediante repasses parcelados;

### **Art. 2º.**

A prestação de contas deverá ser efetuada pela parceira da organização da sociedade civil, que abrirá conta bancária específica e prestarão contas ao Município, apresentando todos os demonstrativos, relatórios e documentos fiscais exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado e pelo Decreto Municipal nº 019/2022 de 25 de janeiro de 2022, nos termos da Lei (Federal) nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

### **Art. 3º.**

Os recursos decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária específica e, conforme programação orçamentária que autorizará a celebração da parceria.

### **Art. 4º.**

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

*Maria Lurdes Portugal Prefeita Municipal*

---

*Lei Municipal Nº 1721/2026 - 06 de maio de 2026*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*